

munduva terra de lideranças quilombolas

No extremo sul do estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, no interior do município de Eldorado, vive uma das mais antigas populações quilombolas do Brasil. A comunidade de Ivaporunduva é um exemplo de convivência saudável entre os seres humanos e o meio ambiente. Todos os projetos de desenvolvimento sustentável, que vem implementando nos últimos cinco anos, levam em conta a preservação e a utilização dos recursos naturais sem danos à natureza. A defesa dos direitos coletivos, muito bem sedimentada, tem sido combustível vital para o funcionamento das engrenagens de uma organização que tem contribuído decisivamente para a garantia de conquistas como a titulação da terra e servir de exemplo às outras 53 comunidades quilombolas do Vale. Formada há mais de 300 anos, por um grupo de pessoas que se rebelou contra a escravidão e cuja resistência garantiu sua liberdade muito antes da abolição da escravatura, hoje a comunidade se depara com novos desafios: garantir o êxito desses projetos e impedir que seja construída uma barragem no Rio Ribeira do Iguape, uma ameaça às populações daquela região.

A Associação Quilombo de Ivaporunduva existe informalmente desde a década de 1980, mas seu estatuto só foi colocado no papel recentemente, há 11 anos. Envolve cerca de 300 pessoas de 80 famílias e tem acumulado vitórias: a região conta com abastecimento de água e luz elétrica, melhorou estradas dentro da área do quilombo e garantiu a permanência de canoieiros para fazer a travessia dos(as) moradores(as) no Ribeira; tem desenvolvido projetos de geração de trabalho e renda; reformou a casa onde funciona a escola de primeira a quarta série; construiu uma praça que se tornou ponto de encontro em torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – construída no século XVII e tombada como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e também recentemente restaurada; e construiu uma pousada para receber visitantes dispostos(as) a fazer ecoturismo e conhecer a história local.

Mas a grande mudança está vindo como resultado de três projetos de desenvolvimento sustentável, implementados a partir de 2001 em parceria com o Instituto de Estudos Sociambientais (ISA), sediado na capital paulista. O estreitamento das relações entre a organização e as comunidades quilombolas da região começou em 1996, quando o ISA elaborou o Diagnóstico Sociambiental Participativo do Vale do Ribeira. E se intensificaram na luta contra as barragens (leia boxe sobre o assunto). Hoje, os projetos contam com apoio do PD/A Consolidação, do Ministério do Meio Ambiente, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). No início, tiveram também o apoio da Fundação Ford. Durante a realização do diagnóstico, o ISA constatou a existência de 50 comunidades quilombolas, hoje o movimento já fala em 54. As comunidades têm em média 50 famílias, cada uma com seis integrantes.

Boa parte das conquistas de Ivaporunduva deve-se a um diferencial que salta aos olhos na visita à comunidade: seu poder de liderança. “Um problema notório nas comunidades quilombolas é a ausência do serviço público. Se nossa comunidade está indo bem é porque as próprias pessoas de lá correram atrás para suprir suas deficiências. Oxalá todas as comunidades tivessem informação para isso. A história dos quilombolas não é fácil de contar. O Vale do Ribeira tem um movimento consolidado e minha comunidade se destaca por concentrarmos um maior número de lideranças. Isso tem nos favorecido no desenvolvimento de projetos, se reflete na busca pela segurança alimentar, pela sustentabilidade”, explica Oriel Rodrigues, 34 anos, advogado, professor de História no pré-vestibular da comunidade e representante das comunidades do estado de São Paulo na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Se as lideranças mais velhas não tiveram oportunidade de estudar, foi a participação intensa em movimentos sociais que contribuiu na sua formação, atitude seguida pelas pessoas mais jovens. Foi o caso de José Rodrigues da Silva, 43 anos, uma das principais lideranças no quilombo e coordenador da associação: “Quando falamos de liderança e conhecimento, sempre digo que existem dois tipos de faculdade, a formal e a faculdade da vida, do mundo. Esta, onde aprendi, é a mais difícil porque temos que aprender tudo ao mesmo tempo. Muito cedo percebi que, se quisesse ajudar a resolver as necessidades do nosso povo, precisava aprender mais em menos tempo. Por isso, fui conhecer movimentos, tentar participar para aprender a nos organizar”, diz ele, que estudou até a sétima série do ensino fundamental.

Para Zé Rodrigues, outro fermento que faz com que a comunidade se desenvolva é a noção muito forte de coletividade. “Ficamos aqui isolados até há algum tempo e nossos

ancestrais sempre valorizaram a idéia do parentesco, da amizade, do trabalho conjunto. Eles achavam que esse era o melhor caminho para um grupo que já vivia isolado, se não nos uníssemos, se ficássemos dispersos, nada daria certo. Essa linhagem continua até hoje, somos todos parentes, vivemos em família. Se alguém tem um problema, todos ajudam. Abrimos mão da ascensão individual em prol da ascensão coletiva, preferimos trabalhar e lutar juntos para alcançar os mesmos objetivos." Para se ter idéia de até onde vai essa noção de conjunto, as terras do quilombo não têm divisas, cada pessoa planta onde quer, cria seus animais em pasto comunitário, até existem roças individuais, mas, na hora da colheita, todo mundo participa. "Ninguém aqui é rico nem miserável, temos o suficiente para viver, terra para trabalhar, rio para pescar, temos muita coisa boa para usar coletivamente", enfatiza.

Elas ganham mais

A população de Ivaporunduva tem mais homens que mulheres (60% contra 40%, segundo levantamento realizado em 2001 pelo ISA). Mas também conta com lideranças femininas. É o caso de Maria da Guia Marinho

da Silva, 43 anos, casada com Zé Rodrigues. Ela participa do grupo de produção e comercialização do artesanato da palha da bananeira – um dos projetos de desenvolvimento citados – e também é membro da Pastoral da Criança.

Uma vez por mês, realiza visitas mensais de orientação às famílias dessa e de outras comunidades, a respeito de saúde, higiene e alimentação, cuidados com grávidas e crianças, fazendo ainda a pesagem de bebês e ensinando a multimistura, complemento vitamínico de combate à des-

nutrição. Para Maria, oferecer um melhor atendimento de saúde é ainda um desafio na região.

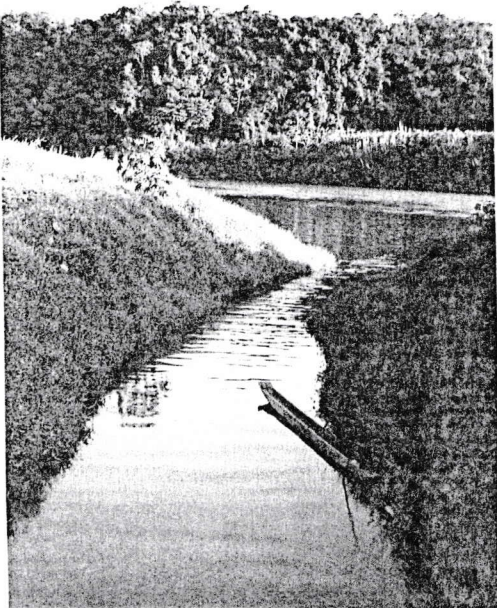
"Temos em Eldorado um posto que presta os primeiros-socorros, contamos com agentes comunitários de saúde toda semana, mas ainda é pouco. Gostaríamos de ter um atendimento específico para o povo quilombola, um médico que ficasse aqui e acompanhasse nosso cotidiano. Hoje, quando procuramos um hospital fora da comunidade, somos respeitados, mas já fomos bastante discriminados e sofremos muito com isso, eram horas de fila de espera para nada. Agora, somos mais reconhecidos até pela nossa atitude", afirma.

O grupo de artesanato, do qual Maria faz parte, formou-se em 1997, depois de um curso de capacitação oferecido pela Esalq. Da turma de dez pessoas, a maioria era homem, mas aos poucos as mulheres lideraram o projeto. "Como se tratava de um trabalho detalhado e que precisava ter paciência para fazer e vender, os homens se afastaram e nós tomamos conta. Nessa época, as mulheres não tinham uma fonte de renda, sempre trabalhamos na roça, só para sobreviver, não havia dinheiro. Por isso, nos interessamos pelo artesanato", conta Araci Atibaia Pedroso, 61 anos, que coordena o grupo.

O aprendizado foi passando de uma para outra. Hoje, cerca de 20 mulheres, de 14 a 70 anos, estão envolvidas na atividade que já rende uma média de R\$ 300 por família. Depois do primeiro, outros cursos, em parceria com o ISA, foram organizados, e a quantidade de artesãs aumentou. A matéria-prima é o tronco da bananeira, de onde se tiram filetes, mais grossos ou mais finos, trançados com a ajuda de um tear e ornamentados com sementes locais para se transformar em pulseiras, colares, bolsas, carteiras, tapetes, esteiras, caixinhas e cestas. Cada peça tem uma etiqueta, com a história resumida da comunidade. Recentemente, foi construída uma casa para servir de oficina, armazenamento e venda das peças. Porém, por ser um local onde não bate sol e a palha da banana ser um material sensível à umidade, elas só usam o espaço para venda, fazendo e guardando os produtos em casa.

Esse é um obstáculo a galgar, aprender a livrar a palha dos fungos, o que as tem impedido de estocar material. "Estamos fazendo um curso para resolver isso, assim poderemos aumentar bastante a produção. Temos tido

ARQUIVO IBASE



O Vale do Ribeira abriga um valioso patrimônio ambiental, tombado em 1999 pela Unesco

BRUNO DIAS WEISSUSA



ARQUIVO IBASE

Maria da Guia e o grupo de mulheres do artesanato: o trabalho tem garantido uma renda de R\$ 300 mensais às famílias da comunidade de Ivaporunduva. Recentemente, foi construída uma sede para expor e vender os trabalhos

bons resultados e o nosso esforço tem sido recompensado. Muita gente que não conhecia o quilombo acaba conhecendo nossa história através desse trabalho", diz Araci.

As vendas são feitas na própria sede, para visitantes, mas também em exposições, feiras e eventos na capital. Para ela, a atividade transformou a vida das mulheres. "Alguns homens não gostaram quando deixamos o trabalho nas roças em troca do artesanato, mas não dá mesmo para fazer as duas coisas. Depois, aos poucos, eles perceberam que passamos a ajudar no sustento da família, a melhorar as condições da casa, comprar material de escola para as crianças e, às vezes, até fazer um passeio. O que mudou muito na vida da gente é que o tempo todo dependíamos dos homens e, a partir do momento em que começamos a ter renda também, eles nos deram mais valor", enfatiza.

Um ponto a destacar é que o trabalho artesanal vem dando mais lucros que o cultivo da banana orgânica, outro projeto de desenvolvimento sustentável, coordenado pelos homens da comunidade. "Esta é uma atividade em fase de estruturação, mas já tem significado importante geração de renda para algumas famílias locais. Os cursos realizados motivaram o ingresso de outras pessoas na atividade, aumentando o número de artesãs e a quantidade de peças produzidas, assim como as possibilidades de comercialização. A criação da identidade visual, logomarca e de etiquetas para identificação foi de fundamental importância para a maior visibilidade dos produtos e para agregar valor às peças. Atualmen-

te, uma peça do artesanato produzido com a palha, um produto secundário da atividade agrícola, chega a ser comercializada por até três ou quatro vezes o preço de uma caixa de bananas orgânicas", explica o coordenador dos projetos no ISA, Nilton Ignácio Tatto.

Turismo e educação

Buscando um futuro menos acidentado para a juventude do quilombo, o que não falta é incentivo para estudar, aprender, participar de cursos, seminários e eventos dentro e fora da comunidade. Mas sempre com a consciência de que esse aprendizado precisa ser aplicado ali. O curso pré-vestibular comunitário, organizado em 2004 com apoio da rede Educafro, levou, no início deste ano, 13 estudantes para a universidade. "Tentamos mudar a idéia de que negro não serve para pensar, não serve para ser intelectual. Das pessoas que entraram na universidade agora, quatro estão fazendo Direito. Aqui no Brasil, Medicina e Direito ainda são cursos para elite, temos que quebrar esses privilégios. Tenho certeza de que essas pessoas, quando terminarem os estudos, vão trabalhar com a nossa comunidade, a simbiose que temos favorece isso", afirma Oriel.

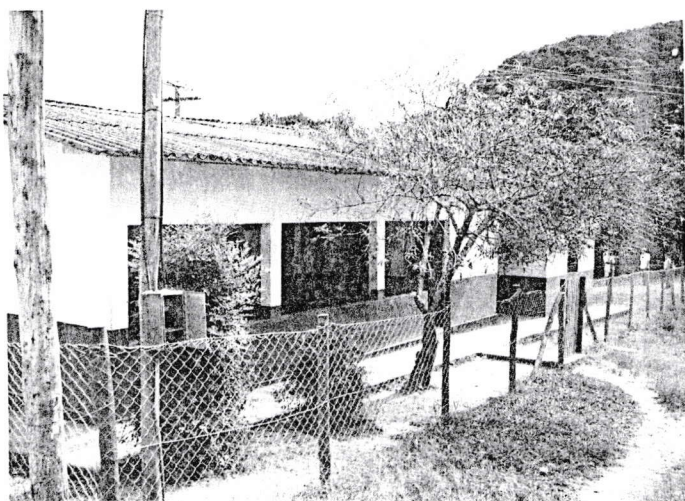
Sua trajetória é um exemplo da dedicação de quem faz parte dessa família. Nascido em Ivaporunduva, teve que deixar a comunidade ainda pequeno para acompanhar seu pai que arrumou trabalho na capital. Voltaram quando ele estava com 12 anos. Oriel continuou estudando em outro município, Itapeúna, decidido a fazer

ARQUIVO IBASE



Lideranças jovens desenvolvem o projeto de parceria com estudantes para preservar a história quilombola. Da esquerda para a direita, Ladio dos Santos, Paulo Pupo e Denildo

ARQUIVO IBASE



A escola de primeira a quarta série foi recentemente reformada para atender às demandas locais

um curso técnico de contabilidade. “Nesse período, já participava como militante da causa quilombola, fosse contra as barragens ou pelo registro da terra. É difícil conciliar a militância com o estudo, queria muito ter o curso superior. Cheguei a fazer História, Biologia e Antropologia, mas terminei o curso de Direito, no ano passado. Isso tudo me serviu de aprendizado, porém meu conhecimento maior vem mesmo da militância em movimentos sociais”, conta.

As representações em instâncias fora da comunidade, como no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na Pastoral da Criança e na Conaq, são uma mostra da força da comunidade de Ivaporunduva. As representações também possibilitaram a participação nas discussões durante o processo

constituente que resultou na inclusão do Artigo 68 na Constituição Federal – este obriga o Estado a reconhecer, regularizar e titular os territórios quilombolas de todo o Brasil. Ivaporunduva está entre as poucas já tituladas, mas essa titulação só alcançou um terço das terras originais, são pendências a resolver no futuro.

“Antes das comunidades quilombolas terem o direito garantido pela Constituição, era comum as pessoas saírem daqui por falta de oportunidades, elas se dirigiam à capital ou às cidades vizinhas para tentar a sorte. Depois que tivemos esse direito garantido, a comunidade se organizou, nos estruturamos em um sistema coletivo de trabalho. Hoje, é comum a pessoa sair para fazer um curso, temos oportunidade de nos preparar pensando em dar esse retorno para a comunidade”, anima-se Paulo Silvio Pupo, 25 anos, uma das vozes jovens envolvidas no trabalho de preservar a história da comunidade.

Ele é um dos três monitores que acompanham estudantes e professores(as) de escolas particulares da capital e de outros municípios em visitas semanais à comunidade. Trata-se de uma verdadeira aula de educação ambiental e cidadania. Dentro da igreja, os grupos assistem a uma palestra sobre a história do quilombo – dura cerca de 30 minutos, com ênfase nas lutas que enfrentaram, na questão do preconceito, o convívio com a terra, a corrida pelos direitos e a organização comunitária como chave dessas conquistas –, conhecem os projetos que estão sendo desenvolvidos e almoçam uma comida tipicamente quilombola – como frango caipira com mandioca, arroz e feijão mulatinho, verduras e legumes, suco de lima e doce de banana, tudo cultivado no local, sem agrotóxicos.

“Desenvolvemos com os estudantes uma atividade turística mais voltada para o étnico e o cultural. São estudantes a partir da quinta série que querem conhecer como vivemos. Mas se torna uma oportunidade de repassar informações sobre a população quilombola no Brasil e também mudar uma visão distorcida que a maioria tem a nosso respeito. Em geral, as escolas passam informações bem equivocadas sobre o assunto, é algo que não está em livro nenhum, daí ser tão importante essa troca. Com certeza, eles também serão disseminadores dessas informações”, afirma Paulo.

Críticas como essa culminaram em um projeto de construção de uma escola coletiva para as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. A escola, de ensino fundamental e médio, está sendo instalada na comunidade de André Lopes – fundada por famílias que vieram de Ivaporunduva. A idéia é facilitar a ida das crianças, já que hoje as comunidades só dispõem de escola até a quarta série e, a partir daí, elas têm que estudar fora. A intenção também é permitir um ensino diferenciado.

Quem explica é Maria da Guia: “Essa foi uma reivindicação das comunidades porque nossos filhos têm que sair de casa muito cedo, 3h30, 4h30 da manhã, para estudar em outros municípios. Percebemos que, com essa dificuldade, eles não vão conseguir concluir os estudos, queremos que eles estudem em uma escola com horários melhores, que descansem mais. Queremos também formar as crianças dentro dos nossos costumes, uma educação voltada para o trabalho que fazemos para que, no futuro, eles possam administrar a comunidade”.

O projeto de intercâmbio com as escolas foi discutido por dez anos e colocado em prática há três. Isso porque abrir a comunidade para o público externo é algo tratado com particular cuidado. “O estatuto da associação reza o que pode o que não pode. Aqui não entram drogas, não há problemas de roubo. Nossos filhos estudam na cidade, mas têm essa consciência, não trazem nada disso para cá. Pessoas estranhas quase não entram aqui, fica mais fácil controlar. Trata-se de um bairro rural de uma cidade no interior e na nossa cultura não tem essas coisas”, explica Zé Rodrigues.

Por esse motivo, a pousada, construída em parceria com o governo do estado ano passado para estimular o ecoturismo na região, não começou a funcionar. A idéia não é abrir o prédio para hospedagem comum, mas incluir a estadia em um pacote no qual a história quilombola e a preservação da natureza sejam o prato principal. E como o projeto ainda não foi acertado, as portas da pousada continuam fechadas ao público.

Banana para dar e vender

Um dos projetos que mais têm movimentado a comunidade de Ivaporunduva é o de manejo orgânico da banana. A idéia é a-

morar a produção e a comercialização e agregar valor à banana produzida, visando independência e autonomia da comunidade com relação ao mercado. O projeto possibilitou a aquisição de um caminhão, o que tem possibilitado aos produtores alcançarem mercados mais vantajosos, sem a interferência de atravessadores – que ficavam com a maior parte do lucro. “Os produtores orgânicos têm recebido até R\$ 5 pela caixa de 20 quilos da fruta verde (não-climatizada). Se estivessem comercializando com os atravessadores, estariam recebendo em torno de R\$ 1,50 a caixa”, defende Nilto.

Outro resultado importante foi a certificação de 35 produtores pelo Instituto Biodinâmico (IBD). A certificação atesta que o produto foi feito dentro de padrões orgânicos de produção, sem uso de adubos e defensivos agrícolas químicos. O padrão de certificação orgânica IBD inclui critérios sociais e ambientais, tais como não-utilização de trabalho infantil, estímulo à preservação e à recuperação de áreas nativas. Trata-se de um selo de qualidade e pureza do produto, que acaba se tornando também um cartão de visita no momento da venda.

“Antes de conhecer o ISA, já estávamos buscando projetos de geração de renda, mas essa parceria ajudou a fortalecer os projetos, eles têm um corpo técnico que nos ajuda bastante. De seis anos para cá, nossa situação começou a mudar, a idéia é buscar uma qualidade de vida cada vez melhor”, diz Zé Rodrigues.

O próximo desafio é comercializar a fruta já madura (climatizada), cujo valor chega a ser o dobro da fruta verde. “Para isso, já foi adquirida uma câmara de climatização. No momento, estamos trabalhando na capacitação técnica da comunidade”, anima-se Nilto. Também está sendo instalada



José Rodrigues, coordenador da associação, é uma das principais lideranças da comunidade

uma unidade de processamento de frutas para a produção de derivados orgânicos como banana-passa e doces.

Da devastação à preservação

O terceiro projeto de desenvolvimento é de repovoamento do palmito juçara. A iniciativa, além de resolver um problema ambiental grave, já que a espécie corria risco de extinção, vem solucionando um aspecto social relevante – o retorno de boa parte da força de trabalho masculina para a comunidade. Durante muitos anos, era comum a retirada clandestina do palmito, entregue por qualquer dinheiro a atravessadores. Para fazer esse trabalho, alguns homens da comunidade se embrenhavam na mata por semanas, deixando abandonadas suas famílias em atividade perigosa para eles, danosa ao meio ambiente e praticamente sem retorno financeiro.



O projeto de replantio do palmito juçara se estende por 200 hectares do território quilombola



Plantula do palmito juçara: o projeto de repovoamento da espécie envolve todas as famílias de Ivaporunduva e salvou-a do risco de extinção

“Essa devastação acontecia por falta de informação da população e também porque não estávamos preparados para receber tanta restrição ambiental. A partir da década de 80, nossa região passou a sofrer uma repressão forte por parte dos órgãos de fiscalização do estado por guardar uma porção rara de mata atlântica, não podíamos desmatar para sobreviver. Por exemplo, se vinha o guarda florestal e dizia que não podíamos fazer roça em determinada área, a população começava a ver aquele guarda como inimigo, não tínhamos senso crítico para trabalhar de forma cooperada com o meio ambiente, como acontece hoje. Assim, muitos partiram para a clandestinidade, cortando palmito para sobreviver”, esclarece Denildo Rodrigues, 23 anos, irmão de Oriel.

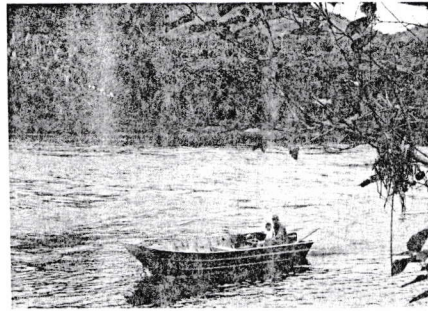
Segundo informações do ISA, o Vale do Ribeira, onde fica a comunidade de Ivaporunduva, abriga um valioso patrimônio ambiental. São 2,1 milhões de hectares de florestas, que representam 21% dos remanescentes de mata atlântica do Brasil, 150 mil hectares de restingas e 17 mil hectares de manguezais. Em 1999, a Reserva de Mata Atlântica do Sudeste, formada por 17 municípios do Rio Ribeira do Iguape, entrou para o time das seis áreas brasileiras tombadas como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

O projeto tem possibilitado a reintrodução da espécie em 200 hectares do território quilombola de Ivaporunduva, por meio da coleta e dispersão das sementes. Até o momento, a atividade viabilizou a dispersão de cerca de 3 mil quilos de sementes, coletadas na própria comunidade. O trabalho é feito em mutirões, com o envolvimento e mobilização de grande parte das famílias.

A iniciativa trabalha com a perspectiva de manejo da espécie no futuro, seja o palmito, a semente ou a polpa. Além de ser mais uma fonte de renda para a comunidade, é importante considerar o seu papel na manutenção da biodiversidade da região. “O potencial ecológico da espécie está na interação com a fauna local, pois funciona como fonte de alimento de grande parte dos animais. Isso indica que o palmito é uma espécie estratégica para a manutenção da dinâmica dos ecossistemas”, esclarece Nilto.

Interesses empresariais ameaçam o Vale

FOTOS: ARQUIVO IBASE



Há cerca de dez anos, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira têm se articulando para tentar impedir a liberação do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto – prevista para ser construída entre os municípios de Ribeira/SP e Adrianópolis/PR, no Rio Ribeira do Iguape.

Se concretizada, sua instalação está prevista para acontecer no alto Vale do Ribeira, mas, segundo os estudos já realizados pelo ISA e publicados na cartilha *Tijuco Alto Saiba porque ela não interessa ao Vale do Ribeira*, em 2002, a usina vai prejudicar, direta e indiretamente, vários outros municípios situados no médio e baixo Vale.

A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto faz parte de uma proposta de construção que engloba pelo menos mais três usinas a serem construídas ao longo do rio – é o que consta no estudo de inventário do Rio Ribeira do Iguape, aprovado em 1994 pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e pela Eletrobrás. Se essas barragens forem construídas, uma área de 11 mil hectares será inundada para sempre – a área, equivalente a 11 mil campos de futebol, inclui várias comunidades quilombolas, entre elas Ivaporunduva, dois parques estaduais e áreas urbanas como o centro histórico da cidade de Iporanga.

O projeto foi planejado pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que pertence ao Grupo Votorantim, com a intenção de aumentar a oferta de energia elétrica para sua indústria de alumínio. Segundo dados do Ibama de 1997, essa energia extra seria exclusivamente destinada ao aumento da produção da empresa.

Nem mesmo no período da construção da barragem – um arco de concreto de 150 metros de altura, comparável a um prédio de 15 andares –, as pessoas das comunidades do Vale do Ribeira seriam beneficiadas, já que, do conjunto de 1.500 trabalhadores(as) necessários(as) à empreitada, apenas 10% seriam da região. Tampouco vai gerar

empregos locais quando estiver funcionando, a previsão é de ter uma equipe de apenas 123 pessoas.

“Quando surgiu o boato com relação à construção das barragens, tentamos nos articular com outras comunidades e, aos poucos, criamos uma consciência crítica com relação às barragens. De acordo com experiências de outras comunidades, acontece tudo ao contrário do que as empresas falam. Diziam que as barragens levariam desenvolvimento para as regiões atingidas, quando na verdade elas ficaram muito mais pobres. As pessoas que antes viviam da terra agora passam fome”, lamenta Denildo Rodrigues, liderança jovem em Ivaporunduva, integrante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), em Brasília, e do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que se organizou no Vale do Ribeira.

Denildo se referiu à construção de barragens para atender aos interesses do empresariado fazendo uma comparação com o problema da terra, as barragens seriam latifúndios de água: “Hoje temos uma imensidão de água represada, são 2 mil barragens em todo o Brasil, isso representa o território do estado do Tocantins. Em geral, as populações atingidas, que antes moravam às margens dos rios, perdem o acesso à água de qualidade e passam a ter que disputar uma água barrenta com animais, como está acontecendo na Paraíba. É muito doído perceber que hoje o dinheiro está acima dos direitos humanos”, conclui.

Nilto Tatto, do ISA, tem uma visão mais otimista: “Acredito que a articulação das comunidades quilombolas com outros setores da sociedade conseguirá impedir a construção das barragens. A sociedade civil organizada também pode contribuir com essa luta, participando do processo de mobilização já em curso no Vale e exigindo que sejam realizados estudos de impacto de toda a bacia antes de iniciar qualquer obra”, incentiva. ■

* AnaCris Bittencourt

Subeditora da revista *Democracia Viva*.

Agradeço a colaboração de Fábio Graf Pedroso, engenheiro agrônomo, e Fábio Zanirato, engenheiro florestal, pesquisadores do ISA, que me acompanharam na visita à Ivaporunduva e forneceram informações valiosas incluídas neste texto

anacris@ibase.br

Aut.

Quilombos

REPORTAGEM

Iracema Dantas*

O nome da comunidade é Conceição das Crioulas, mas, diante da força da liderança feminina, a inversão no título desta reportagem faz todo sentido. Distante 500 km de Recife, Pernambuco, o município de Salgueiro, no Sertão, abriga o maior território quilombola do estado. São aproximadamente 17 mil hectares, onde vivem 4 mil pessoas em dez diferentes sítios, com 30 a 50 famílias cada. Sem dados oficiais sobre essa população, moradores e moradoras da comunidade acreditam que o número de mulheres é maior que o de homens.

Mas não só a atualidade é marcada pela forte presença feminina. A própria origem de Conceição das Crioulas está absolutamente ligada a seis mulheres negras que chegaram à região ainda no fim do século XVIII. Foram elas que, com a venda do algodão, juntaram dinheiro para comprar a área que hoje é conhecida como Conceição de Crioulas. Na origem do nome, a participação de Francisco José – um negro que chega a essas terras trazendo consigo uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ao oferecê-la às mulheres, resolvem construir uma capela para a santa. Começa, assim, a história de uma *república de mulheres* – onde homens, jovens, crianças e idosos(as) orgulham-se da ascendência e influência femininas em sua cultura.

mulheres à frente do desenvolvimento sustentável

Conceição das Crioulas tem uma forte expressão no movimento quilombola e tem na luta pela terra sua principal atuação. Fundada em julho de 2000, a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) – ONG criada e dirigida por lideranças da comunidade – tem dado visibilidade à empreitada. Encrustada em uma área de conflitos agrários, Conceição das Crioulas é reconhecida como território remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Mesmo assim, a região ainda desperta a cobiça de fazendeiros que vêm na organização popular um entrave para seus desmandos. A AQCC conta com os apoios da Universidade Federal de Pernambuco, por meio do projeto Imaginário Pernambucano, da Oxfam-GB, da ActionAid Brasil, do Centro de Cultura Luiz Freire, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro, do Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais do Sertão Central e da Prefeitura Municipal de Salgueiro.

A AQCC tem como objetivos o desenvolvimento da comunidade – levando em conta sua realidade e sua história –, a valorização das suas potencialidades, a conscientização do povo

negro da sua importância para construção de uma sociedade justa e igualitária, a quebra da barreira do preconceito e da discriminação racial. Atualmente, além da luta pela terra, a AQCC está voltada para a implantação de um projeto político-pedagógico para regiões quilombolas – realizado em parceria com a Comissão dos Professores Indígenas de Xukuru (Copixu), a Prefeitura Municipal de Salgueiro e o Centro de Cultura Luiz Freire. Outra iniciativa em curso é a geração de renda por meio do artesanato feito com fibra de caroá – uma planta nativa. A preservação do meio ambiente e o resgate e valorização da cultura local também fazem parte da atividade. Uma das maneiras encontradas para isso é bem inovadora: as principais peças desse artesanato são bonecas que receberam o nome de dez mulheres consideradas “especiais” pela comunidade. Uma delas é Francisca Ferreira, uma das seis negras que fundaram Conceição das Crioulas. Em cada embalagem, além do nome e história da personagem, estão informações gerais sobre a comunidade. Outro cuidado é quanto ao manejo da planta que dá origem à fibra, sendo sempre respeitado o tempo da colheita.

Aparecida Mendes, a Cida, 34 anos, é coordenadora executiva da AQCC e divide seu tempo como estudante de Pedagogia, em Salgueiro. É ela quem enfatiza o aspecto de resgate da cultura quilombola: "Quando Conceição surgiu, o artesanato veio junto com o plantio de algodão. As mulheres negras que aqui chegaram faziam diferentes tipos de renda. Hoje fazemos bonecas e outros objetos com a fibra do caroá e do catulé e com o barro, mas não se trata apenas de venda. Cada uma dessas peças conta nossa história". O artesanato feito a partir do algodão foi abandonado no fim da década de 1980, por conta da praga do bicudo, da popularização dos fios sintéticos e também da dificuldade em manter as terras para plantios. "Ficamos à mercê do nada. As pessoas iam embora para a cidade grande e quem aqui ficava dependia da aposentadoria dos mais velhos ou das frentes emergenciais contra a seca", conta Cida. O grupo de pessoas – cerca de 200, na maioria mulheres – envolvido com o artesanato ainda não pode viver exclusivamente da atividade mas nem pensa em abandoná-la: "As pessoas não recebem salário. O pagamento depende da encomenda e das vendas. Mas a atividade tem contribuído muito para manter nossa identidade, a história da comunidade. Temos muito orgulho das nossas peças", explica a coordenadora executiva.

Apesar da origem católica, Cida não esconde que o sincretismo religioso presente em Conceição das Crioulas também aflorou nos últimos tempos: "Na medida em que fomos redescobrimo, vimos influências que não são da Igreja. Passamos a observar as influências das religiões de matriz africana. Só não temos isso aprofundado. É uma pena que a Igreja Católica tenha colocado na cabeça do nosso povo que tudo que vem das religiões africanas é coisa do demônio". Um exemplo vem do poder exercido pela Mãe Magá, também homenageada em forma de boneca. Segundo Cida, ela era uma espécie de líder espiritual e conselheira. Além disso, Mãe Magá era uma experiente parteira e sempre "sentia" o que ia ou não dar certo. Cida garante que até hoje essas influências estão



Aparecida Mendes, a Cida, é coordenadora executiva da AQCC

presentes com as rezadeiras e mesmo com alguns rituais de religiões de origem africana: "É meio escondido, como se algo estivesse errado, mas que resistiu assim como o próprio povo. Uma contradição nisso tudo é que todo mundo se diz católico". A busca pelo resgate da cultura africana também está presente por meio da educação: "Para nós, educador não é só quem está na sala de aula com o quadro e giz. As lideranças contam muito. Hoje a escola já está bem voltada para a nossa realidade, mas ainda falta resgatar a nossa origem como povo do continente africano. Sonho o dia em que possa dizer de qual país africano eu sou descendente".

Luiza Maria de Oliveira Silva tem 37 anos e representa essa herança. Nascida em um sítio próximo à Conceição, Nívia mudou-se para a comunidade logo após seu casamento. O exercício de benzedeira surgiu da necessidade: "Minha filha mais velha vivia doente e eu tinha que ficar na dependência de outras pessoas. Então, resolvi aprender e hoje me orgulho de poder ajudar a manter essa tradição". Outra atividade desempenhada por essa benzedeira é o artesanato, cuja renda é gasta integralmente para a criação de seus quatro filhos e duas filhas. "Quero muito poder ensinar a reza para outra pessoa, mas mulher só pode ensinar para homem. E homem só pode ensinar para mulher. Quem sabe um dos meus filhos tem o dom?".

Sobre a mais forte característica dessa comunidade – a liderança feminina –, a coordenadora executiva da AQCC explica: "Em

Conceição, as mulheres sempre acreditaram primeiro nas possibilidades. É claro que os homens também participam das nossas iniciativas e projetos, de todas as conquistas, mas são elas se engajam e acreditam primeiro nas mudanças, mesmo quando as coisas são mais difíceis.” De novo, o artesanato é um exemplo. No início, apenas as mulheres trabalhavam e iam buscar a matéria-prima nas matas e foram elas também que viram na atividade a possibilidade de gerar renda de forma mais sistemática. Na hora de buscar parcerias e divulgar o trabalho, foram as mulheres que fizeram isso. Mas se inicialmente os homens, não participavam hoje fazem parte ativamente do grupo dedicado ao artesanato.

Numa realidade assim, era de se esperar que a violência contra a mulher não acontecesse. Surpreendentemente, acontece. E é discutida de forma corajosa. Em Conceição, as mulheres fazem questão de lembrar que o racismo também é uma forma de violência. Cida resume o que sentem sobre o assunto: “A diferença é que encaramos esse fato como mais um desafio que temos a vencer; é mais uma barreira que enfrentamos. E não é só a violência doméstica. É a violência da discriminação racial também. É mais fácil valorizar algo feito por um homem do que por uma mulher. Percebemos claramente que algumas das barreiras e violências que enfrentamos no trabalho da AQCC com outras instituições vêm do fato de sermos mulheres e negras. A agressão moral é maior”. Ela própria já passou pela experiência, quando, no meio de um debate, um fazendeiro disse: “Você é uma menina que não sabe o que diz”. Ela lembra que, logo em seguida, um homem disse a mesma coisa com outras palavras e foi respeitado: “Eu chamo isso de violência; é uma tentativa de fazer calar. Sofremos violência que, infelizmente, não vem só dos machistas. As mulheres que começam a se destacar em reuniões e representações começam a ter problemas. A questão racial às vezes é tão forte que, por isso, defendemos os educadores da comunidade e esperamos que percebam a importância da valorização da diversidade racial para a auto-estima”. São barreiras que acabam transpostas. A fala de Cida não deixa dúvida: “Fico lembrando de um tempo em que éramos tão isoladas que imaginar dar uma entrevista era impossível! Hoje tanto me sinto segura a falar da minha história pessoal como da situação da comunidade. Aprendi e ganhei muito ao fortalecer o carinho que tenho pela minha comunidade. Teve uma época

em que sonhava em ir para São Paulo. Agora, não me imagino longe daqui. Outro ganho pessoal é o direito de falar, de me colocar, mesmo com as barreiras que temos que enfrentar. Não abro mais mão da minha fala”.

A AQCC possui seis comissões – Juventude e Educação; Comunicação; Saúde; Meio Ambiente; Patrimônio; e Geração de Renda – formadas pelas lideranças da comunidade, cada qual responsável por levar adiante a discussão e a execução de diferentes iniciativas. Integrante da Comissão de Educação, Márcia do Nascimento, 31 anos, diretora da Escola José Néu, de primeira a quarta série, na Vila de Conceição das Crioulas, explica o papel do grupo: “Discutir, a partir da educação que temos, qual a educação que queremos para a nossa comunidade, que tem uma especificidade étnica. Temos discutido um referencial de educação para a comunidade tendo como base a história e a cultura do nosso povo, nossos valores”. Em todo o território, existem dez escolas públicas, que ainda seguem o currículo tradicional, mas que fazem parte da construção de um projeto político-pedagógico inovador. Há dez anos, em 1995, quando foi inaugurada a única escola de quinta a oitava série, os debates sobre educação foram iniciados incentivados pela então diretora Givânia Silva (leia mais na entrevista). O projeto Educação e Etnia, consolidado em 2003, já desenvolveu três das etapas previstas: oficinas de leitura e escrita, um diagnóstico e uma pesquisa sobre as histórias contadas pelas pessoas mais velhas. A última etapa, a edição de um livro didático para escolas quilombolas e não-quilombolas, ainda depende de financiamento. Nele haverá temas como a luta pela terra, as festas e tradições, além da própria história de Conceição das Crioulas. Márcia resume toda essa trajetória: “Uma coisa é a gente imaginar o que é melhor; outra é ouvir o que as pessoas da comunidade



Francisca Ferreira, a boneca que resgata a história da fundação de Conceição

Boneca viva

A idéia de recriar em bonecas algumas das mulheres de Conceição surgiu em 2000, justamente quando era iniciado o projeto pedagógico. Cida conta que a história de Conceição era totalmente oral, sem registros escritos: "Nossa preocupação era que essa riqueza se perdesse nas gerações mais jovens. As bonecas são uma forma de fortalecer a identidade e homenagear as mulheres que fizeram e que fazem esta comunidade e que têm se doado com muita intensidade".

Mas as bonecas são também uma forma de homenagem às atuais lideranças femininas. Lourdinha, que também cursa pedagogia, é uma das mulheres transformadas em bonecas. Professora e artesã, foi escolhida por seu trabalho de valorização da beleza e auto-estima da mulher negra. Indicada pelos(as) jovens(as) para virar boneca, Lourdinha considera que esse é um grande reconhecimento: "Valorizo mesmo a minha cor e falo para meus alunos que

devemos nos valorizar e nunca aceitar a discriminação. Tentaram nos impedir de ter educação e não conseguiram, somos fortes". Ela acredita que as bonecas representam também uma forma de combate ao racismo, já que cria uma referência positiva para os(as) mais jovens: "As crianças agora dizem que somos famosas e se orgulham. Minha filha fica encantada quando dizem que a mãe dela é uma boneca. As que estão vivas e as que não estão mais aqui são todas símbolos da nossa luta contra qualquer discriminação".



A BONECA LOURDINHA

pensam. Por isso, em 2004, fizemos um mapeamento dentro do território quilombola de Conceição das Crioulas". Foram realizadas entrevistas com lideranças, pessoas mais velhas e também com a juventude; além de questões sobre o currículo programático, o perfil de professores e professoras foi altamente discutido. Segundo Márcia, baseado nessa "fala coletiva", está sendo construído um projeto político-pedagógico para escolas quilombolas. Enquanto todo o processo não está sistematizado, a AQCC faz questão de participar dos mecanismos tradicionais de educação: "Nós construímos o atual currículo com a Secretaria Municipal de Educação de Salgueiro, colocamos nossas ações e propostas para contemplar a nossa história. O que não está lá, nós colocamos", afirma Márcia. No diagnóstico, a questão do currículo foi ressaltada pela maioria das pessoas ouvidas, sendo apontada a necessidade de que os mais jovens aprendam seus costumes, seus valores, suas histórias e que sejam preparados para a realidade local. Segundo Márcia, ao mesmo tempo em que é citada a importância de crianças, rapazes e moças aprenderem a trabalhar na roça, por exemplo, é bastante enfatizada a necessidade de "ler e escrever bem".

Nascida a 12 km de Conceição das Crioulas, a própria Márcia tem, na sua história pessoal, a prova de quanto o resgate da identidade cultural na educação é capaz de mudar as pessoas. "Vim para Salgueiro para poder estudar; na

época só tínhamos escola até a quarta série. Trabalhava em casa de família para poder ter onde ficar na cidade. Me formei e fiz concurso para o magistério, em 1995. Quando fui lotada em Conceição, não tinha uma ligação forte com essa história de um povo. Hoje, sei que aprendi mais do que ensinei. Não tinha essa consciência de ser uma quilombola. Não me considerava uma quilombola." Dez anos depois de chegar à escola mais antiga da Vila, Márcia se sente pertencente a essa comunidade: "Foi com a chegada da escola de quinta a oitava série, pelas mãos da Givânia, que começamos a buscar essa história que nos era negada. Hoje sei da minha história e da história de resistência de um povo e me identifico com isso. Sou uma quilombola. Somos ensinados que ser negro é feio, e não queremos ser feios; negamos nossa identidade. Só quando entendemos nossa história, passamos a nos orgulhar da nossa raça. É muito importante saber que faço parte de um povo que há mais de 500 anos foi massacrado, assassinado e ainda está aqui resisitindo. Que estamos firmes e fortes. Me sinto muito orgulhosa de pertencer a esse povo".

Além da escola de ensino fundamental, que tem mais de 220 estudantes, a Vila tem a Escola José Mendes, que vai de quinta a oitava série e também oferece ensino médio a mais de 800 pessoas. Além dos(as) moradores(as) locais, as unidades atendem estudantes de toda a região. "Mesmo estando dentro

de uma área quilombola, valorizamos a diversidade cultural. Quilombola e não-quilombolas podem aprender juntos.”

Adaumi, de 24 anos, estuda Pedagogia e integra a Comissão de Juventude e Educação. Um dos projetos implementados por essa comissão é o jornal *Crioulas*. “Fazemos da reunião de pauta à redação; só a diagramação e a impressão são feitas fora daqui. Mas nós é que aprovamos o produto final”, explica. São os(as) jovens que se encarregam de fazer as fotos, entrevistas e matérias, escolhendo cada um(a) o tema de sua preferência; a produção gráfica é assinada pelo projeto Imaginário Pernambucano, da Universidade Federal de Pernambuco. Editado a cada três meses, o jornal *Crioulas* já está na sétima edição e é distribuído para 4 mil pessoas em todo o Brasil.

O mais novo empreendimento da Comissão é o *Crioulas Vídeo* – feito em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire, de Recife, e com a Universidade de Lisboa. O primeiro vídeo conta a

própria história da comunidade e está sendo exibido em encontros dos quais o grupo participa. Outros dois já foram filmados e estão em fase de finalização: um sobre as quebradeiras de coco do Maranhão e outro sobre um encontro entre educadores indígenas e quilombolas, que aconteceu em abril deste ano. “As filmagens com as quebradeiras foram feitas recentemente num intercâmbio que fizemos com a Associação em Áreas de Assentamento do Estado no Maranhão (Assema). O outro fala do encontro com os indígenas e também sobre o que significa a educação”.

Para Adaumi, a liderança feminina de Conceição das Crioulas, como disse Cida, é algo natural: “Somos gratos pelas mulheres não serem acomodadas e nem alienadas. Elas sempre procuram formar as pessoas de comunidade para o mundo. Elas pensam no bem de Conceição das Crioulas. Mesmo que os homens tenham também papel de liderança, as mulheres fazem isso de uma maneira mais forte e mais voltada para o coletivo”.

***Iracema Dantas**

Coordenadora de
Comunicação do Ibase

iracema@ibase.br

Artesanato e preservação do meio ambiente

Os(as) moradores(as) de Conceição das Crioulas têm grande consciência da importância do manejo na retirada dos recursos naturais. Prova disso é que pessoas mais experientes sempre ensinam a iniciantes o “tempo certo de colher”. Além de não retirarem plantas em fase de crescimento, fazem questão de manter um rodízio nas áreas de extração das diferentes matérias-primas usadas no artesanato local. Outra consciência ecológica vem de uma campanha para impedir o banho no açude da região. Mesmo diante de um “convite ao oásis”, os(as) moradores(as) de Vila da Conceição, especialmente os(as) mais jovens, fazem questão de debater freqüentemente a importância de manter a qualidade da água disponível para a comunidade. Diante de um quadro como esse, a inexistência de uma rede de saneamento básico é algo a lamentar. Por enquanto, a comunidade conta apenas com energia elétrica. A conquista para muitos acabou por inibir as rodas de conversa nas portas das casas, como conta Tia Marina, uma das mais antigas moradoras da Vila: “Agora todo mundo tem parabólica e fica vendo novela. Antes, a gente fica conversando e olhando o céu”.

Entre os recursos naturais mais utilizados estão o caroá, o barro e o catulé. O caroá é uma bromélia que fornece a fibra para a confecção das bonecas. De caule curto, a planta possui espinhos em sua borda, com folhas que lembram o formato de uma rosa. Em meado do século XX, uma fábrica de caroá foi

instalada na região, mas foi desativada com a concorrência do sisal.

O barro está presente até os dias atuais nos utilitários do povo de Conceição. Até a década de 1950, aproximadamente, usavam-se apenas louças de barro. Muitas dessas peças eram vendidas em feiras e lojas de cidades próximas como Cabrobó, Floresta e Salgueiro, em povoados e por encomenda. As mulheres que trabalham com esse tipo de artesanato são conhecidas como louceiras e pertencem todas a mesma família consanguínea.

O catulé, uma palmeira silvestre bem comum no sertão, fornece uma amêndoa de onde se extrai óleo. Sua palha é aproveitada no artesanato, sendo transformada em chapéus, cestas, bolsas etc. A palha de catulé sempre esteve presente na produção de vassouras e esteiras, sendo considerada uma atividade tipicamente das pessoas mais velhas.

Para a coordenadora executiva da AQCC, é importante que o artesanato seja visto como algo além de geração de renda. “No caso do Caroá, uma planta nativa, por exemplo, a cada extração a força da planta aumenta. Sabemos que não podemos tirar aleatoriamente.” O artesanato de Conceição das Crioulas revela uma outra questão: “Precisamos das plantas nativas para o nosso trabalho. Temos que preservar a natureza. O problema é que muitos fazendeiros tocam fogo nas plantações só para impedir que a gente retire a fibra; outros simplesmente arracam as plantas. Alegam que estamos tendo muito dinheiro com isso”. ■

100
Ano
Quilombos

Thais Zimbwe*

Resistência e cultura em Valença

Preservar a memória é uma das maneiras de construir a história. Com esse objetivo, a comunidade quilombola São José da Serra realiza todos os anos a Festa de Jongo, para comemorar o Dia dos Pretos Velhos e a abolição da escravatura. No dia 14 de maio deste ano, cerca de 600 pessoas puderam conhecer a cultura e as tradições africanas preservadas numa comunidade quilombola.

O quilombo São José da Serra, localizado na cidade de Valença, no interior do estado do Rio de Janeiro, existe há cerca de 150 anos e é composto por aproximadamente 200 negros e negras. A comunidade é referência pela preservação das tradições africanas mantidas por moradores(as) e pela divulgação de seus patrimônios culturais, tais como a umbanda e o jongo. A comunidade recebeu, este ano, a medalha estadual de direitos humanos Austregésilo, de Athayde, pela importância do trabalho social e cultural local.

"Foi muito importante para nós recebermos essa medalha. Nós aqui da comunidade procuramos manter nossas tradições vivas, podendo mostrá-las e ensiná-las para quem vem nos conhecer. Em dias de festa, procuramos dançar melhor o nosso jongo, cantar melhor as nossas cantigas, para que todas as pessoas saiam daqui melhores do que entraram", comenta Toninho Canecão, presidente da Associação de Moradores do Quilombo São José da Serra.

"Eu vou tocar minha viola, eu sou negro cantador. O negro canta, deita e rola lá na senzala do senhor. Tem que acabar com essa história de negro ser inferior, o negro é gente como o outro, quer dançar samba e ser doutor. O negro mora em palafita, não é culpa dele, não, senhor. A culpa é da Abolição, que veio e não o libertou", diz a letra da cantiga cantada na missa afro que abriu a Festa de Jongo.

Para festejar o Dia dos Pretos Velhos, divindades cultuadas pelas religiões de matrizes africanas, moradores e moradoras realizam anualmente a Festa de Jongo, quando são praticadas diversas manifestações culturais africanas, preservadas no quilombo desde a época da escravidão. Uma missa afro, na qual se mescla o catolicismo com a umbanda, abriu a festa, e todo o público pôde participar da celebração. "É muito bonita toda essa festa, nunca pensei que a cultura africana fosse tão forte e bem representada, como estou vendo aqui no quilombo. Sou presença garantida ano que vem", afirma Amélia Santtana, que foi para a festa numa excursão de São Paulo.

A folia de reis, a marujada, o calango, a capoeira, o jongo, entre diversas outras manifestações culturais, puderam ser conferidas pelo público nos dois dias de festa no quilombo. As pessoas que lá compareceram conheceram também o trabalho de agricultura de subsistência, a crença religiosa, o artesanato tradicional, as casas construídas de

adobe (tijolo de barro) e cobertas de sapê, o ferro à brasa e o fogão à lenha, que fazem parte do cotidiano dos(as) moradores(as) do quilombo desde a chegada de seus antepassados, por volta de 1850.

Dona Joanna, uma das moradoras mais antigas, nunca saiu da comunidade. "Não preciso ir até a cidade, tudo que preciso tenho aqui e está tudo muito bom. Os jovens que sentem vontade de ir lá para fora a todo tempo querem aprender outras coisas, estudar e trabalhar", diz.

Protagonismo juvenil

No quilombo São José da Serra, a juventude tem papel importante, pois é responsável por grande parte das tarefas dentro da comunidade. Como acontece na liturgia, a maioria dos(as) integrantes é composta de mulheres jovens. Elas organizam as celebrações religiosas, regem as missas afros, entre outras atividades.

"Temos que nos preocupar com nosso futuro, e o futuro da comunidade será definido pelo nosso comportamento. Amamos nossa cultura e temos a obrigação de preservá-la para que não morra ou seja absorvida pela modernidade. É complicado para nós, jovens, que temos acesso às informações do mundo lá fora, não nos influenciarmos pelas outras coisas, mas mesmo assim temos que trabalhar na cultura, plantar e fazer nosso artesanato, cantar nossas músicas e tocar o atabaque. Dessa maneira, a cultura do quilombo não acabará", explica Maria de Lourdes, de 24 anos, uma das integrantes da liturgia do quilombo.

Uma das manifestações mais características do quilombo São José é o jongo, considerado um dos mais tradicionais do Brasil. Ele permanece intacto desde os tempos do Brasil colonial, já teve suas cantigas gravadas em CD e sua história contada em livro. O CD-livro *Jongo do Quilombo São José* foi gravado em outubro de 2004, registrando a música, a história e a cultura do jongo local.

* Thais Zimbwe

Formanda de Jornalismo pela Centro Universitário da Cidade, estagiária de Comunicação do Ibase. Corresponsável do Portal Mundo Negro e colunista dos sites Hip Hop BR, Epidemia Urbana e do Afro Reggae

thaisd@ibase.br



Durante a missa, alimentos como aipim e fubá são ofertados ao público e abençoados durante a celebração

O jongo é uma dança trazida da África pelos escravos e escravas. Também conhecido como caxambu, foi uma das poucas possibilidades de diversão e manifestação religiosa dos(as) escravos(as), reunindo canto e dança em uma grande festividade. "Dançar e cantar o jongo é preservar a cultura de nossos antepassados, posso tocar uma noite inteira, sempre fico muito feliz e agradecido de ter herdado essa dança e poder passá-la para meus filhos e todos os que querem aprender", expressa Jorge, ao lado de seu atabaque, antes de iniciar uma roda de jongo.

Em todo o estado do Rio de Janeiro, existem 14 comunidades remanescentes de quilombos, nas quais vivem cerca de 770 famílias. No caso do quilombo São José da Serra, os(as) negros(as), após a libertação, permaneceram na fazenda, constituindo sua comunidade.

O quilombo de Valença não tem a característica de um sítio de escravos(as) fugitivos(as). Ele ocupa duas áreas demarcadas, num total de 25 hectares. A comunidade foi reconhecida há seis anos como remanescente de quilombo, abrindo caminho para a titulação de suas terras. Entretanto, esse processo é bastante lento e ainda não está concluído, acarretando sérios problemas.

"A demora das autoridades em resolver a questão sobre a desapropriação das terras que nos pertencem dificulta muito nossa sobrevivência. As cercas espalhadas ao nosso redor furam as bolas quando jogamos futebol e são um perigo para nossas crianças. Elas impedem o plantio dos nossos alimentos, dificultando muito nosso dia-a-dia", desabafa Toninho.

Motivados pela forte identidade cultural, a comunidade do quilombo São José da Serra consegue se manter como uma das mais belas do país, sendo um relato vivo da história de negros e negras no Brasil.

Pretos velhos

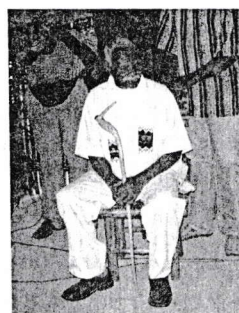
A comemoração em homenagem aos pretos velhos ocorre no dia 13 de maio, data em que foi assinada a Lei Áurea, razão pela qual a umbanda comemora esse dia. Os pretos velhos são considerados guias ou protetores somente pelos(as) umbandistas, seguidores(as) da umbanda, religião de matriz africana cultuada no Brasil. Representam todos os espíritos de humildade, de serenidade e de paciência, que, como escravos, chegaram ao Brasil, para onde foram trazidos negros e negras de todas as nações africanas, reis, rainhas, príncipes, além de religiosos(as) de várias culturas.

Essas divindades são originárias dos(as) escravos(as) no cativeiro, que eram submetidos(as) a condições desumanas e implacáveis de trabalho forçado e a torturas. A vida sofrida nas senzalas, onde somente mais fortes sobreviviam, reservava-lhes, entre tantas humilhações, comer os restos de comida dos senhores. Esse fator originou a feijoada, um prato da culinária bastante apreciado hoje.

Apesar de tudo, esses povos renegados pela sorte trouxeram em seus espíritos a ciência e a sabedoria de ancestrais, empregando seus dotes no uso das ervas, plantas, raízes e tudo o mais que estava disponível na natureza.

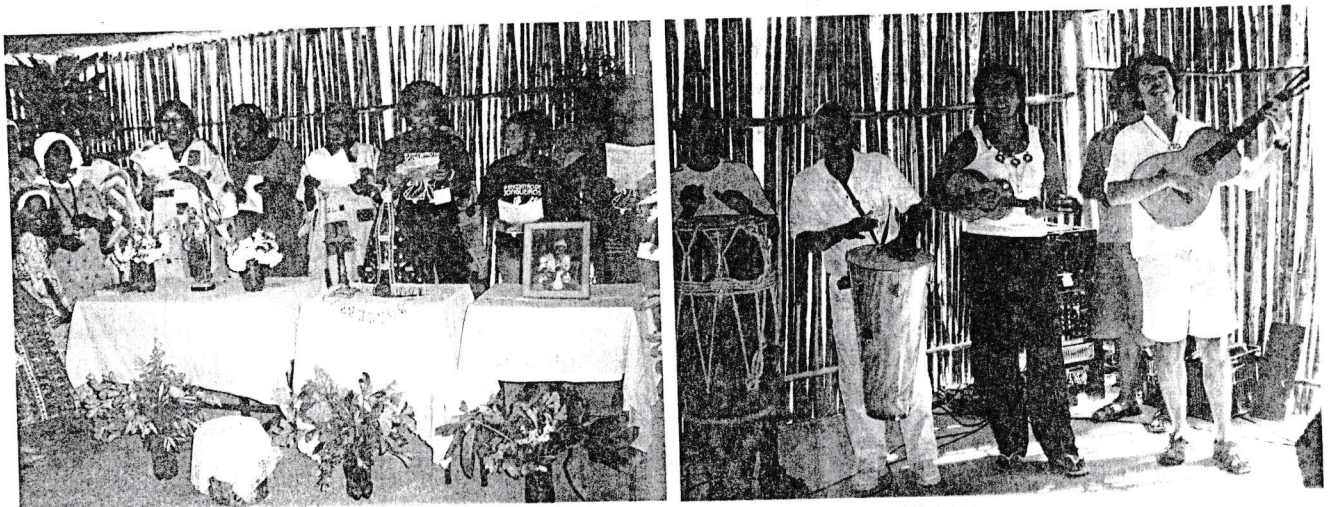
Depois de mortos(as), passaram a surgir em lugares adequados, principalmente para se manifestarem. Esses espíritos se comprometiam com a alta espiritualidade a ajudar todas as pessoas necessitadas, independentemente de cor ou credo.

No dia 13 de maio, os(as) adeptos(as) da umbanda comem feijoada com as mãos, como uma forma de reverenciar os pretos velhos. ■





A Festa no Quilombo São José teve a apresentação da Folia de Reis, uma manifestação cultural de origem portuguesa que ainda sobrevive em cidadezinhas brasileiras



A missa afro do Quilombo São José é liderada pela juventude. A celebração é animada com cantigas ao som de atabaques, violão e cavaquinho